

O futuro se define agora

(Considerações sobre o Plano Diretor de Florianópolis)

José Paulo Teixeira

Sociólogo, colaborador do Projeto RedeCidades, autor de *Escritos Militantes* (1996) e *Os Donos da Cidade* (Editora Insular), 1996.

Luiz Fernando Scheibe

Geólogo, diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC e colaborador do Projeto RedeCidades.

As condições invejáveis da beleza natural da Ilha de Santa Catarina e os cuidados com a qualidade de vida dos que aqui vivem e trabalham, têm sido a preocupação de um número cada vez maior de moradores da Ilha, pesquisadores e agentes sociais. Existe uma consciência entre nós de que, em comparação com os demais municípios brasileiros e de outros países, desenvolvidos ou não, ainda somos uma das cidades onde é possível vislumbrar um futuro com condições ambientais saudáveis e humanamente dignas para a maioria da população.

O que segue são algumas observações que achamos fundamentais serem consideradas pelas autoridades locais, pelos planejadores e urbanistas de Florianópolis. Não falamos apenas como pesquisadores da cidade, mas como cidadãos extremamente preocupados com o que poderá se tornar Florianópolis em poucos anos, caso venha a ser aprovado o Substitutivo Global do Plano Diretor do Distrito Sede. Nosso futuro se define agora.

Revista de Ciências Humanas	Florianópolis	v. 14	n. 19	p.101-106	1996
-----------------------------	---------------	-------	-------	-----------	------

Cuidar da cidade é cuidar da vida

No momento em que acontece a II Conferência de Assentamentos Humanos, o Habitat 2, e são realizados eventos preparatórios como a “Conferência Brasileira do Rio de Janeiro” (maio de 1996), onde se discutiu e se aprovou um *Plano de Ação* em favor do *direito à moradia e à cidade*; do *desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável* e da *defesa da função social da cidade e da propriedade* discute-se, em Florianópolis, um novo Plano Diretor para a capital. O que for aprovado neste Plano, servirá de base para os demais (área rural e balneários). Trata-se, portanto, de um assunto de extrema relevância e que interessa a todos, até mesmo aos que aparentemente não serão “atingidos” pelas mudanças em curso.

Ao lado do Orçamento Participativo, o Plano Diretor talvez seja a peça constitucional mais importante do ponto de vista da cidadania e da participação popular, pois irá determinar **o perfil da cidade que queremos**: a Florianópolis do futuro, na prática, está sendo definida no presente.

Até surgirem no Brasil experiências de gestão democrática das cidades, esses assuntos eram exclusividade dos técnicos e dos agentes políticos. Atualmente – e no caso específico de Florianópolis, onde se quer exercer uma administração com a participação popular – é inconcebível que decisões acerca do planejamento urbano fiquem restritas aos gabinetes ou na dependência dos mandatários e dos órgãos de planejamento, como o IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Diante do caos urbano de outras cidades brasileiras, algumas pessoas resistem e lutam para que nossa cidade não siga o mesmo caminho. Moradores de cidades balneárias que no passado desfrutavam de belezas naturais habitam hoje em cidades sem vida, sombrias e com graves problemas urbanos, ambientais e infra-estruturais.

Neste documento queremos pôr em discussão o projeto de cidade que queremos. Se, atualmente, muitos de nossos bairros

não têm rede de esgoto tratado, já sofrem com engarrafamentos e a rede de água está comprometida, como ficarão as condições de vida dos atuais e futuros moradores? Qual a lógica de planejamento que propõe a verticalização da Ilha junto à áreas de mangues, em regiões costeiras, com adensamento e maior ocupação do solo? É “moderno” diminuir a qualidade de vida de milhares de pessoas que já sofrem carências e problemas urbanos? Como evitar que o chamado crescimento ou “progresso” signifique perda da qualidade de vida e destruição ambiental?

Não se trata apenas dos 18 andares

A proposta de verticalização da ilha, que aumentará a altura dos prédios para 18 ou mais andares (cerca de 80 metros), feita em nome da “criatividade arquitetônica”, reproduz modelos ultrapassados de cidades, como demonstram inúmeros documentos e reuniões preparatórias ao Habitat 2, conferência de assentamentos humanos.

É preciso examinar a idéia de modernidade que está embutida no substitutivo global. De inspiração questionável, ela serve mais para atender interesses privados que à coletividade. Mas é preciso dizer que este Plano não é ruim apenas porque vai aumentar o gabarito das edificações no centro e bairros da capital. Este é apenas um dos pontos que devem ser questionados na proposta. Além de retirar um mínimo de espaço entre os prédios, impedindo a luz do sol e a ventilação, é do conhecimento público que não existe na Ilha – nem no continente – uma infra-estrutura adequada em termos de segurança (no caso de incêndios), de rede de esgoto tratado, além dos problemas de enchentes e do tráfego de veículos.

O Plano (seja em sua versão original apresentada pela administração Grando (Projeto de Lei 6439/94), seja o Substitutivo Global elaborado por vereadores membros da Comissão de Obras e Viação, estimula o uso de transporte individual ao invés de prever, como se esperava, um planejamento

urbano combinado com opções de transporte coletivo. Está em estudo, no Núcleo de Transportes da Prefeitura, uma proposta de novo plano de transporte urbano para Florianópolis. Porque esses projetos (planos diretor e de transportes) não são apreciados de maneira entrosada e articulada? É possível planejar a cidade sem uma política de transporte coletivo?

Além disso, o Plano deveria levar em conta os problemas urbanos e ambientais já existentes: de saneamento, de engarrafamento no tráfego, o aumento da poluição do ar, a violência no trânsito, o número de vítimas de atropelamentos.

E o ponto que nos parece o mais grave é que o Substitutivo Global pretende eliminar a participação comunitária no processo de planejamento da cidade, além de retirar do projeto original alguns dispositivos que dificultam alterações casuísticas do mesmo, que geralmente são implementadas para satisfazer interesses particulares, em prejuízo dos interesses da cidade.

Qual Florianópolis queremos?

Pelas razões anteriores, o poder público e os legisladores de Florianópolis, honrando seus mandatos, deverão retomar às propostas já apresentadas pelo movimento comunitário.

Mas há uma razão ainda mais forte para que o Plano não seja aprovado como está: referimo-nos ao “modelo” que inspirou alguns de seus defensores. É possível que estejamos numa verdadeira encruzilhada, e temos de fazer uma escolha entre o caminho de uma cidade democrática e o caminho do caos urbano.

Se optarmos pelo modelo das “grandes cidades” (que exploram ou exploraram todas as suas riquezas naturais e humanas em nome de um suposto progresso) ou se seguirmos a lógica do grande capital imobiliário e das construtoras, vamos transformar Florianópolis numa grande extensão do paredão da Hercílio Luz e da Beira Mar, com uma diferença: ao invés dos

12 andares serão paredes de concreto armado de 18 a 25 andares, reduzindo a Ilha de Sol e Mar à uma cidade do concreto; sombria, sem vida, sem graça.

Nós do Projeto “RedeCidades” quando discutimos em nossos estudos e seminários o planejamento da cidade a partir dos bairros, defendemos para os atuais e futuros moradores “ilhas de tranquilidade” em nossos bairros, e não “centros de bairros”, como está sendo proposto.

O projeto, caso seja aprovado como está, modificará a estética da cidade e reproduzirá modelos de desenvolvimento já ultrapassados. A suposta “vocalização turística” da Ilha, a que o substitutivo aparentemente pretenderia atender, baseia-se na qualidade de vida, nas excepcionais belezas naturais e no clima de nossa Ilha. Nossa paisagem, no entanto, não se deve apenas às praias e baías, mas sim à quase única coexistência dessas feições com a moldura dos morros e mangues (ainda) cobertos pela vegetação nativa.

Neste sentido, a Ilha de Santa Catarina deve ser considerada não apenas nossa, mas um verdadeiro patrimônio da humanidade, cabendo a nós a responsabilidade pela sua preservação. Para que possa ser desfrutada e admirada pelos atuais e futuros moradores, bem como pelo maior número possível de visitantes de todo o mundo.

O que não podemos deixar é que aconteça aqui o que já ocorreu em tantos outros (ex-)“paraísos do turismo”, sufocados pela visão gananciosa daqueles que literalmente exploraram esses lugares, reduzindo-os a um amontoado de blocos de concreto, e que hoje, ao entregá-los a uma exploração massificada e decadente, necessitam transferir seus capitais para novos espaços, ainda não deteriorados.

Em sua política predatória, esses capitais estão preocupados apenas com os lucros imediatos, explorando o potencial turístico dos mais variados pontos do mundo como se fossem verdadeiras jazidas de minérios – e, como diz a sabedoria popular,

“minério não dá duas safras”. O que acontecerá daqui a 30 ou 40 anos na Ilha não lhes interessa, desde que possam usufruir imediata e maciçamente dos recursos naturais e dos incentivos fiscais pagos pela população.

Por último, é importante ressaltar que o Plano da Cidade é uma espécie de divisor de águas entre um e outro projeto de Florianópolis: uma cidade como outras que já conhecemos, marcada pelo caos e pela violência urbana, ou uma cidade democrática, ambientalmente sustentável e com qualidade de vida? compatibilizar o Plano Diretor com as tendências atuais de crescimento, ou compatibilizar as tendências de crescimento com as condições naturais e de infra-estrutura da Ilha, através de um Plano Diretor e de Transportes?

O Plano da Cidade não deve ser visto apenas como um problema dentre outros nem reduzido a um ponto que poderá ser vetado ou não – a questão dos 18 andares. Trata-se de um *problema-encruzilhada de todas as apostas econômicas, sociais, ecológicas e culturais* (Guattari, 1994) que empresários, partidos e pré-candidatos, militantes de ONGs e de movimentos sociais locais, cidadãos e cidadãs florianopolitanos devem levar a sério. Está em jogo o futuro da Ilha, um futuro que não pode ser adiado nem delegado à própria sorte ou deixado à mercê de alguns políticos e planejadores. É melhor evitar o caos que lamentar depois as consequências da irracionalidade humana. Enquanto ainda é possível mudar. Depois, poderá ser tarde demais...